



## CARTA DENÚNCIA E COMPROMISSO da 6ª SSB

*“O Brasil que queremos: O bem viver dos povos.”*

Nós, representantes de pastorais sociais, movimentos populares, articulações e redes da sociedade civil, reunidos em Brasília entre os dias 02 a 04 de agosto no II Seminário Nacional “O Brasil que temos: rumo ao projeto popular”, viemos a público denunciar o conjunto de violações de direitos humanos e ambientais.

Os desafios hoje vividos no Brasil estão conectados com o contexto de crise internacional do capital e com a ofensiva do projeto de poder de bases conservadoras sobre os direitos da classe trabalhadora e para expropriação da natureza. Como disse o Papa Francisco aos Movimentos Sociais em 2021: *“Este sistema, com sua lógica implacável de ganância, está escapando a todo domínio humano. É hora de frear a locomotiva, uma locomotiva descontrolada que está nos levando ao abismo. Ainda estamos em tempo”*.

No Brasil, as desigualdades se aprofundam desde 2016 com a intensificação da crise política, social, econômica e ambiental, que se agravou com o governo Bolsonaro e atinge diretamente negros, indígenas, mulheres, lgbtqi+, jovens e crianças. Essa violência deve ser entendida em razão da permanência do patriarcado e do racismo estrutural.

Neste contexto perverso destacamos a urgência da mobilização de toda a sociedade diante:

- A política negacionista do Governo diante da pandemia de Covid-19, que matou mais de 600 mil brasileiros/as e deixou sequelas físicas e sociais para as famílias brasileiras.
- O desmonte da participação popular com a fragilização e extinção de instâncias de controle social e conselhos de direitos.
- O trabalho precário, intermitente e informal, com a falácia do empreendedorismo individual, e o aumento do trabalho escravo foram legitimados pela reforma trabalhista e hoje somam mais de 100 milhões de trabalhadores em condição de subemprego, desalentados e desempregados.
- A crescente dívida social com os sem terra, teto e trabalho ampliada pela drenagem dos recursos públicos para o pagamento da dívida financeira aos banqueiros, fundos de pensão e investimento.
- O autoritarismo e a violência contra os povos originários, comunidades tradicionais e a população das periferias do campo e da cidade, que faz centenas de vítimas todos os anos, promovidas e autorizadas pelo poder público. Que se agrava com a devastação da Floresta Amazônica e o desmonte dos órgãos de proteção dos povos originários, do campo e do meio ambiente.
- A impunidade dos crimes praticados por setores associados ao capital expõe a omissão e a conivência do poder público, inclusive do judiciário. Que revela uma composição doentia e criminosa entre representação política, milícia e religiões tem se alastrado desde a Amazônia até as periferias urbanas no país.
- A fome, que atinge hoje mais da metade da população do país —125,2 milhões de pessoas — que vive com algum grau de insegurança alimentar com o desmonte das políticas de segurança e soberania alimentar.
- O avanço da expropriação da natureza e dos bens comuns a serviço dos interesses do capital, que tem impactado diretamente a vida e os territórios dos povos tradicionais e periferias, com cerca de 570 mil pessoas ameaçadas de despejo no país.
- O crescimento da violência política nestes meses em que se aproximam as Eleições Gerais de 2022 e os ataques que o atual presidente tem feito ao sistema eleitoral brasileiro, a própria democracia e principalmente às urnas eletrônicas.

Para enfrentar os desafios que estão postos e construir alternativas para a superação dos problemas acima denunciados, a 6ª Semana Social Brasileira se compromete com a construção de um projeto popular que promova a justiça

socioecológica com redistribuição de renda e riqueza, que reconheça os direitos da natureza, dos povos e que reafirme a soberania popular sobre os nossos territórios e suas riquezas naturais. Um projeto popular para o Brasil tem como fundamento a defesa da soberania alimentar, energética, genética, e financeira, com participação popular, a partir de uma nova economia, que gera e fortalece a vida.

Ao mesmo tempo, nos comprometemos a defender a democracia brasileira que vem sendo constantemente golpeada e que no período recente vive ameaçada pela escalada autoritária, o que faz com que as eleições de 2022 ganhem uma importância estratégica com ações de mobilização de grupos e pessoas para a retomada dos rumos democráticos e para reconstrução do país a partir da defesa da vida.

Por isso, conclamamos os agentes de pastorais, militantes de movimentos populares e o povo brasileiro para que contribuam com a mobilização popular para a realização do Grito dos Excluídos “Brasil 200 anos: in-dependência para quem?” que acontecerá no dia 7 de setembro, para participar ativamente do processo democrático de eleição de novos representantes do povo e para garantir as transformações necessárias para melhoria da vida do povo brasileiro.

Vamos Encantar a Política!

Brasília, 4 de agosto de 2022